



ÁREA TEMÁTICA: Família e Gênero

Mulheres Negras em movimento fazendo a diferença entre diferentes

1º  
Autor

[ APELIDO EM MAIÚSCULAS ], [ nome(s) próprio(s) ]

Mestre em Educação, Pedagoga, Faculdade de Educação da UFMG/CAPES, milosi26@gmail.com.

2º  
Autor

[ APELIDO EM MAIÚSCULAS ], [ nome(s) próprio(s) ]

[ grau académico e área de especialidade ], [ instituição ], [ endereço electrónico ]

3º  
Autor

[ APELIDO EM MAIÚSCULAS ], [ nome(s) próprio(s) ]

[ grau académico e área de especialidade ], [ instituição ], [ endereço electrónico ]

4º  
Autor

[ APELIDO EM MAIÚSCULAS ], [ nome(s) próprio(s) ]

[ grau académico e área de especialidade ], [ instituição ], [ endereço electrónico ]

### Resumo

No contexto dos movimentos sociais, mulheres negras, de Belo Horizonte - Minas Gerais/Brasil, conseguiram se movimentar para, pontuando suas diferenças. O trabalho configura-se como um dos resultados de uma pesquisa de mestrado que abordou as trajetórias de vida e política de seis mulheres negras, militantes nos seguintes Movimentos: Negro, Feminista e de Mulheres Negras. Esses sujeitos da pesquisa foram selecionados a partir de traços de suas trajetórias de vida, pessoal, social e profissional que pudessem caracterizar um perfil de militância atuante na perspectiva da raça e do gênero. Foi constatada a singularidade de suas vivências e trajetórias pessoais como elementos que influenciaram e influenciam suas atuações política e militante, marcadas por: tensão, ambigüidades, possibilidades, avanços e lutas. As mulheres negras entrevistadas assumiram um importante papel político ao levar a articulação entre a raça e o gênero para o interior dos Movimentos Sociais nos quais atuaram - e ainda atuam - e para as próprias práticas profissionais.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Raça e gênero; Educação, Movimentos Sociais;



Apresenta-se neste trabalho um dos resultados de uma pesquisa de mestrado<sup>1</sup> realizada no período de 2005 a 2007, no Programa de Pós-graduação em “Educação, Conhecimento e Inclusão Social”, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais do Brasil. A pesquisa abordou as trajetórias de vida e política de seis mulheres negras, residentes na cidade de Belo Horizonte - Minas Gerais, militantes nos seguintes Movimentos: Negro, Feminista e de Mulheres Negras. Elas foram apresentadas por nomes de países da África, como forma de homenagear a origem ancestral da população negra do Brasil: Eritreia, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Ruanda. Somente uma das seis mulheres recebeu o nome da capital de Angola: Luanda. Os objetivos dessa pesquisa foram: compreender as trajetórias de vida e política de mulheres negras, militantes em organizações políticas em prol da superação das desigualdades racial e de gênero e; analisar os sentidos e significados de “ser mulher negra” construídos nesse processo. Para tanto, buscou-se entender como essas mulheres se viam como negras no contexto de suas trajetórias e a relação deste processo com a construção afirmativa de suas identidades negras. Foram analisados os fatores que podem ser apontados como determinantes para a tomada de consciência do recorte racial e de gênero, nas trajetórias pessoal e política dessas mulheres, bem como os processos educativos - formadores - e os saberes sobre a raça e o gênero neles construídos. Tais saberes foram compreendidos como pedagogias de raça e gênero aprendidas, formuladas e desenvolvidas pelas mulheres negras nos contextos sociais e políticos pelos quais passaram.

A História de Vida apresentou-se como a metodologia mais adequada aos propósitos de investigação sobre as trajetórias das seis mulheres negras militantes, pois implicou na produção de conhecimento a partir do discurso dos sujeitos sobre uma situação concreta de sua vida. Portanto, as mulheres negras foram vistas como sujeitos singulares em movimentos. Constatou-se, ainda, a singularidade de suas vivências e as trajetórias pessoais como elementos que influenciaram e influenciam suas atuações política e militante. Em um processo de tensão, ambigüidades, possibilidades, avanços e lutas, as mulheres negras entrevistadas assumiram um importante papel político ao levar a articulação entre a raça e o gênero para o interior dos Movimentos Sociais nos quais atuaram - e ainda atuam - e para as próprias práticas profissionais. É nesse processo complexo que elas conseguiram demarcar a diferença entre os diferentes.

A família, as associações de bairros, o partido político, as organizações dos Movimentos Negros, Feminista e de Mulheres Negras foram espaços dessa formação e de construção para auto-reflexão, tomada de consciência, ampliação do olhar crítico e da percepção sobre a história e as condições da população negra e, sobretudo, das mulheres negras. Esses espaços foram e ainda são, fundamentalmente, lugares de formação militante, política e, acima de tudo, humana. Conseqüentemente, as mulheres negras, organizadas em Movimentos, conseguem reverter os determinismos sociais de cunho racial e machista e, aos poucos, conseguem romper com as posições subalternas e inferiores a elas impostas. Quebram as imagens negativas acerca das mulheres negras comumente difundidas em uma sociedade desigual, marcada pelo racismo e pelo machismo. Assim, criam e se recriam, estabelecem novos rumos e elevam sua auto-estima e a de outras mulheres negras por meio de suas ações e intervenções sociais e políticas.

Essa possibilidade de recriação, no entanto, não é um processo fácil para as mulheres negras e tampouco é um processo independente e individualista. Ao contrário, emerge da complexidade de vivências, dos conflitos, da interdependência entre indivíduo e coletivos primários - como família, escola - e demais coletivos - como grupos, associações e organizações das quais participaram e ainda participam. Todavia, mesmo que participassem de coletivos comuns, as mulheres negras não viviam um único processo de recriação. Como se tratam de mulheres negras militantes com variadas e distintas trajetórias de vida, o processo pelo qual se recriam e se correlacionam com suas particularidades de experiências, vivências, relações e, principalmente, interações com o mundo e as demais pessoas é singular. Isto porque diz respeito à particularidade da história de vida de cada uma delas.

Ao longo das trajetórias de vida e política das seis mulheres negras, percebemos que elas se destacaram nos Movimentos – Mulheres Negras, Negro e Feminista - dos quais fizeram e fazem parte, nos órgãos governamentais por meio de suas lutas, conflitos, disputas, acordos e desacordos. Os partidos políticos, embora com menor visibilidade, são também outros espaços de atuação política. Tais atuações não se

resumem em um processo de ascensão social e política: revelam, também, a superação de estigmas sociais e raciais.

Inseridas em Movimentos Sociais, principalmente no Movimento Negro e de Mulheres Negras, essas mulheres buscaram construir novas relações sociais e novos formatos para a luta coletiva. Elas se contrapuseram, portanto, à absolutização do indivíduo, que é característica dominante da sociedade capitalista. Trata-se de um processo tenso e formador ao mesmo tempo.

Em todos esses processos percebe-se a afirmação de um novo modo de ser humano. Os Movimentos Sociais são alguns dos espaços sociais que mais contribuem para esse processo. Eles são capazes de transformar indivíduos em sujeitos sociais.

Ao verificarmos os sentidos que as mulheres negras atribuem a si mesmas a partir de sua inserção nos Movimentos Sociais recorreremos a algumas reflexões de Bernard Charlot (2000:56/57). Esse autor afirmou que o sentido é sempre “produzido pelo estabelecimento de relações, dentro de um sistema, ou nas relações com o mundo e/ou com as demais pessoas”. O sentido traz no seu bojo a idéia de que os sujeitos se produzem em suas relações e exprimem as leituras e interpretações de mundo, a partir do local e do tempo onde se encontram. Esta idéia assemelha-se à de Alberto Melucci (2004:68), ao dizer que o sentido é construído num dado tempo e espaço. Por isso, o “sentido que o tempo traz é que cada um é o artífice de si mesmo e de seu mundo, ou seja, daquilo que é capaz de produzir e dividir-com-os outros.” Sentidos e significados são construídos no contexto das relações sociais. Nesse processo, alguns espaços se destacaram como vivências e tempos fortes na construção das trajetórias.

O espaço dos Movimentos Sociais forneceu às mulheres negras instrumentos para combater, enfrentar e superar o racismo e o machismo, de maneira organizada e coletiva. Segundo Miguel Arroyo (s/d: 05), a emergência dos Movimentos Sociais introduziu novos olhares que se desvinculam da história oficial brasileira, comumente contada a partir da perspectiva das elites. Nesses Movimentos emergiram vários sujeitos que, nas lutas por melhores condições de vida e direitos, se apresentaram como sujeitos de direitos. Os Movimentos Sociais nos revelam caminhos pedagógicos fecundos, cuja reflexão sobre a condição humana, suas dimensões, virtualidades formadoras e deformadoras estão presentes nos seus processos sociais e nos seus movimentos de humanização e emancipação social. Miguel Arroyo (s/d) ressalta que os Movimentos Sociais nos ensinam muito à medida que nos mostram o quanto há de dimensão educativa e organizativa em suas mobilizações de sujeitos singulares. Por isso, esse autor defende a educação vivida no contexto desses Movimentos como processo de humanização e libertação que não se configura simplesmente pela transmissão de conhecimentos, mas, sobretudo, pelas vivências pessoais e coletivas, lidas e interpretadas por aqueles que as vivenciam. Essas vivências, para Arroyo, proporcionam uma conscientização política e, principalmente configuram-se em possibilidades de mudanças.

Os Movimentos Sociais, portanto, vêm se consolidando como construtores de sujeitos coletivos em torno de valores e símbolos, no interior de suas organizações e, principalmente, quando possibilitam a formação e a emergência dos sujeitos singulares. Ou seja, de sujeitos que passam a expressar as várias nuances de identidades, assimilando-as como eixos norteadores de suas lutas, comportamentos e relações.

De acordo com Ilse Scherer-Warren (1998:17), os sujeitos emergem de um processo de construção coletiva de valores e práticas resultantes de uma rede de múltiplos atores e organizações. As ações coletivas são heterogêneas e muitas vezes constituídas por conflitos internos e externos que expressam lutas entre protagonistas.

Segundo Melucci (2001:49), as ações que moveram os Movimentos Sociais surgiram não só de ausências de direitos, mas fundamentalmente das interações, das relações sociais. As ações dos Movimentos que as mulheres negras entrevistadas participaram, bem como as de suas organizações, não expressaram somente uma vontade de um coletivo, mas uma produção social gerada no ambiente da ação e na interação dos sujeitos que a desenvolvem. A produção é um ato social que simbolicamente representa o vínculo contínuo entre o *agir humano* e seu sistema de vivência. Os produtores dessa ação são sujeitos envolvidos

no sistema e no processo de produção, como pudemos verificar nas trajetórias de militância das entrevistadas.

As mulheres negras, quando foram indagadas sobre os significados de sua participação nos Movimentos Sociais, foram unânimes em afirmar que após a atuação nos mesmos passaram a fazer uma leitura mais crítica do mundo. O impacto tanto da leitura de mundo quanto da inserção nesses Movimentos produziu uma mudança gradativa em suas vidas: foram se descobrindo e percebendo a relevância delas enquanto sujeitos socioculturais e históricos, enquanto mulher, negra e, principalmente, enquanto militantes sociais.

A partir da formação política proporcionada por esses Movimentos elas puderam compreender que ser militante engajada em lutas específicas fazia diferença em um contexto no qual grande parte das militantes e dos militantes identificava as desigualdades se reproduzindo somente no âmbito socioeconômico. Fazia diferença porque passaram a identificar com mais clareza que o racismo e o machismo são dois importantes componentes dos mecanismos de opressão na sociedade brasileira. Por isso, precisam ser enfrentados se quisermos, de fato, promovermos mudanças mais significativas na sociedade. Zâmbia disse-nos que descobrir-se mulher negra, conscientizar-se das questões do racismo fez diferença na sua atuação dos Movimentos Sociais.

Zâmbia evidencia que a percepção da realidade de mundo é um aspecto da prática dos Movimentos Sociais. Estes centraram investimento na auto-reflexão a fim de que a militância pudesse desenvolver essa capacidade de percepção. Deste modo, na medida em que Zâmbia ia se redescobrando no contato com as pessoas um processo de auto-reflexão ia se configurando cada vez mais. Sua forma de se relacionar e agir alterava-se e ela passava a construir novas perspectivas de vida.

Segundo Melucci (2004) a mudança não vem de fora para dentro, mas de dentro para fora, porque as pessoas possuem necessidades de serem reconhecidas por coletivos. O grupo se torna uma regra obrigatória, no qual precisamos nos inserir para sabermos quem somos. Contudo, o sujeito necessita se abrir para o outro pois

“O processo de individuação necessita aceder ao tempo interno, àquelas dimensões corpóreas e afetivas que nos permitem ver, sentir, pensar e comunicar. Precisa construir conscientemente o campo da experiência, jogando sempre novos jogos. Porém sem a abertura de si mesmo para o outro, sem o envolvimento com os desafios de uma sociedade planetária grávida de pontencialidades e de riscos, o percurso interior corre o risco de tornar uma fuga ilusória ou prisão muda.” (Melucci, 2004:15/16)

As entrevistadas, ao ingressarem nos Movimentos Sociais, sobretudo no Movimento de Mulheres Negras, depararam-se com uma proposta de novos horizontes. Embutidos nessa proposta estavam discursos, práticas e relações que giravam em torno da conscientização crítico-social e de novas possibilidades de recriação. Desta forma, o Movimento de Mulheres Negras e demais Movimentos fizeram com que as entrevistadas pudessem, de maneira crítica e reflexiva, ter acesso a diferentes leituras raciais, de gênero e do mundo onde se encontravam. Para além dessa leitura, puderam intervir e contribuir para com os Movimentos Sociais resgatando a discussão e a demarcação da diferença por meio de suas vivências e especificidades entre aqueles tidos como diferentes.

## **1. Mulheres Negras brasileiras, no contexto dos Movimentos Sociais: a luta da diferença entre os diferentes**

O Brasil, como os demais países do solo americano, foi impregnado pelo princípio universalista moderno da igualdade. Esse princípio regeu os movimentos pela Independência e pela Proclamação da República e ainda rege nossa sociedade. Na prática, no entanto, o princípio da igualdade não foi plenamente efetivado. Sua ausência no cotidiano das pessoas acabou demandando as reivindicações de homens e mulheres e de sujeitos coletivos que perceberam que tal princípio não era tão universal assim como pretendiam seus ideólogos iluministas e liberais europeus<sup>ii</sup>. É nesse contexto de luta pela efetivação da igualdade, que

contempla a todos na sua diversidade, que se encontram os Movimentos Sociais tal como os conhecemos hodiernamente<sup>iii</sup>.

A partir da década de 60, num contexto onde nem o mundo socialista e nem o mundo capitalista tinham em suas contendas a pauta da raça e do gênero, entraram em cena o Movimento Negro e o Movimento Feminista. No Brasil, a luta desses dois Movimentos culminou, entre outros avanços, com a conquista da igualdade das mulheres perante os homens e a denúncia do racismo. E, mais tarde, com a inclusão deste último como crime inafiançável na legislação brasileira. <sup>iv</sup> Esses Movimentos ficaram conhecidos, segundo Maria Gohn (2003), como Movimentos Sociais de caráter identitário – Movimentos Identitários.

A partir de daí, no Brasil, uma concepção mais alargada e mais problematizadora de igualdade associada à luta pelo direito à diferença começou a invadir o cenário público, a arena política e a esfera jurídica. Apesar de esta concepção já fazer parte da luta do Movimento Feminista e do próprio Movimento Negro em outros países do mundo, ela ganha maior visibilidade na sociedade brasileira atual com a demanda de ações afirmativas para o segmento negro - principalmente com o debate sobre as cotas na Universidade.

Esse contexto nos levou a refletir sobre a afirmação de Marco A. Prado (2002:69), de que as lutas sociais têm conseguido a igualdade para além de uma homogeneidade porque se estruturam na lógica da diferença. Foi, sobretudo, por essa lógica da diferença que os Movimentos Sociais de cunho identitário demarcaram seus espaços e se constituíram. De acordo com Cristiano Rodrigues (2005):

Os movimentos sociais feministas e anti-racistas brasileiros são exemplares neste sentido, pois ao tomarem o espaço público reivindicam tanto a inclusão e tratamento igualitário às mulheres e aos afro-descendentes em todos as esferas da vida social quanto recusam a transformação de suas diferenças em desigualdades persistentes, exigindo reconhecimento de suas particularidades, visto que estas foram construídas socialmente enquanto desigualdades sociais. (ibidem, 2005:49)

A percepção da diferença foi o ponto basilar tanto da população negra, organizada nas diversas correntes do Movimento Negro, quanto das mulheres organizadas em várias correntes do Movimento Feminista. Foi pelo discurso da demarcação da diferença que esses Movimentos fomentaram e enfrentaram não somente mudanças, no contexto da realidade social, mas, sobretudo, contribuíram para a reeducação dos meios popular, social e acadêmico.

O Movimento de Mulheres Negras cumpriram também um importante papel social e político nesse processo de reeducação da sociedade em relação à raça e ao gênero. A constituição desse Movimento tornou-se possível quando suas integrantes perceberam que suas vivências, experiências cotidianas, trajetórias e histórias não estavam presentes nas avaliações e bandeiras de luta do Movimento Negro e nem do Movimento Feminista. O Movimento Negro desconsiderava o machismo como peça na engrenagem da dominação capitalista. O Movimento Feminista, por sua vez, ignorava a existência do racismo. Por esse motivo, as mulheres negras perceberam que, mesmo estando presentes nas lutas sociais havia uma ausência da percepção de gênero nas discussões, reflexões e proposições de superação do racismo, bem como uma ausência da raça na luta pela igualdade de gênero. Diante disso, essas mulheres, como sujeitos coletivos, passaram a demarcar suas diferenças entre os iguais e os diferentes. Esse processo, segundo Eritréia, implicava em saber lidar com a diferença tornando possível uma convivência sustentável entre diferentes, baseada na ética e não em uma visão romântica da tolerância:

Então, **há a coisa de estabelecimento de igualdade, a qual se dá a partir da compreensão das diferenças. Eu acho que é possível ser igual, do ponto de vista político, do ponto de vista da atuação, da prática. Mas, é preservando, entendendo e compreendendo as diferenças. Não é nem tolerando**, porque eu não gosto dessa palavra tolerância. **Mas, é compreendendo e entendendo as diferenças**, que você fica tranquilo para agir. (...) Qualquer relacionamento ele tem, ele tem diferenças, sabe? Então, às vezes, você tenta até quer estabelecer uma relação de igualdade, mas, ela, na

realidade, é... diferente. Não tem jeito de ser igual. E... às vezes, ela é diferente porque você é muito diferente do seu ponto de vista, diferente na sua forma de entender o mundo, de projetar. (...) **Então, eu acho que... a gente tem que aprender trabalhar com o diferente. (...) Eu acho que se a gente conseguir trabalhar com o diferente, a gente consegue avançar. Entender que o outro é diferente, que eu não vou conseguir é... Fazer com que o outro seja igual a minha pessoa. Mas, se eu consigo entender o outro e estabelecer essa relação, acho que é tranquilo.** (Eritréia, 45 anos – destaques meus)

Considerando tal premissa, este artigo destacou a demarcação dessa diferença a partir da militância das entrevistadas nos três Movimentos: Negro, Feminista e de Mulheres Negras, após verificar como as mulheres negras conseguiram introduzir suas diferenças no cerne do Movimento Negro e do Movimento Feminista. Para isso, buscou-se tecer e resgatar, mediante as lembranças das entrevistadas, as suas experiências, histórias, participações e atuações carregadas de sentimentos, emoções e significados. Resgatou-se o processo político-social no qual afirmaram suas diferenças e suas críticas acerca de uma compreensão mais profunda sobre a articulação raça, gênero, igualdade e diferença, tanto no Movimento Negro quanto no Movimento Feminista.

Nas trajetórias das entrevistadas, o reconhecimento da condição de gênero implicou a revisão da atuação delas em ambos os Movimentos. O que as levou considerar a importância da intersecção entre raça e gênero como movimento. Isso culminou num processo de formação e de recriação da representação dos papéis até então desempenhados pelas mulheres negras. A partir de suas militâncias as entrevistadas se afirmaram e se *empoderaram* em diversos espaços sócio-políticos. Em nossa interpretação, esse processo pode ser entendido também como um processo de afirmação da diferença no cerne da luta pelo respeito às diferenças.

## **1.2 - Mulheres negras fazendo a diferença no contexto dos Movimentos Sociais com caráter identitário:**

O realce da diferença no interior dos Movimentos Sociais de caráter identitário iniciou-se pela contestação de dois princípios tidos como universais a partir da modernidade, a saber: a) todos os homens são iguais; b) os efeitos das desigualdades atingem proporcionalmente as pessoas de mesmo sexo, assim como as pessoas de mesma raça.

O primeiro princípio baseia-se na idéia de igualdade entre os homens tendo o masculino a primazia do estatuto de humanidade quando comparado ao feminino. Nessa definição, o elemento masculino explicitamente ocultava e englobava o feminino, fazendo com que o segundo estivesse subsumido no primeiro. Esse princípio passou a ser contestado pelo Movimento Feminista porque, na prática, os tratamentos e as atribuições sociais eram divididos de acordo com os sexos e às mulheres eram destinados os papéis subalternos. As feministas, porém, ao perceberem suas diferenças em relação ao sexo masculino denunciaram a invisibilidade e o *silenciamento* de suas especificidades como mulheres, no contexto da história ocidental, marcada pelo patriarcalismo. Reivindicaram as delimitações de suas diferenças como forma de trazer à tona o elemento feminino que, até então, estava diluído na suposta universalidade do masculino. Desde então, não só a universalidade masculina passou a ser contestada como as mulheres passaram a resgatar e construir suas próprias histórias. A partir daí, deram visibilidade a sua atuação como sujeitos históricos e promoveram rupturas com os determinismos presentes na destinação dos papéis destinados a elas.

No caso dos negros e das negras o processo foi ainda mais complexo. Enquanto o foco do Movimento Feminista foi o questionamento da ocultação do feminino na visão homogeneizadora de igualdade humana, a população negra clamava pela sua condição de igualdade e de humanidade que a escravidão lhe subtraía.

Vale lembrar que, com a abolição da escravidão a luta da população negra brasileira passou a ser pela sua inclusão na sociedade, pelo resgate da cultura africana recriada no Brasil. Destacava-se dessa a sua

contribuição como elemento formador da ancestralidade e das diversas culturas, sobretudo, nos países que se enriqueceram com o comércio de pessoas africanas. Essa luta revelou a tensão e a contradição entre a apologia do discurso da igualdade entre os homens e a formulação de práticas e teorias racistas e colonizadoras no Brasil e em outros países do mundo.

No contexto nacional e internacional, embora nem sempre com grande visibilidade, negros e negras em movimento contestaram tal situação de opressão e o uso ideológico do princípio de igualdade, atuando estrategicamente em duas direções: no resgate da humanidade roubada pela escravidão e pelos processos de dominação pós-abolição no Brasil, na América Latina e na África; e no aprofundamento do realce da diferença, demarcando a existência das diferenças sociais, políticas, históricas, culturais e étnico-raciais que os distinguiam dos demais grupos sociais. Diferenças essas transformadas e tratadas como desigualdade nos contextos de colonização e dominação político-cultural.

Nem sempre a participação das mulheres negras foi evidenciada nesse processo. Há que se rever as fontes históricas com outros olhos para captá-la e, talvez, lançar mão de outros recursos metodológicos com o mesmo fim. Talvez seja o século XX aquele que mais nos possibilite dados e instrumentos analíticos para dar visibilidade à participação das mulheres negras. Tal participação foi e continua sendo bastante expressiva nos Movimentos Sociais, especialmente no Movimento Negro.

As mulheres negras, ao reconhecerem o lugar em que se encontravam – e onde a maioria ainda se encontra – no seio das desigualdades sócio-raciais, lançaram alguns questionamentos tanto ao Movimento Negro quanto ao Movimento Feminista sobre a invisibilidade ou o *silenciamento* de suas especificidades indagando: por que discutir mulheres em geral sem destacar o fator raça? Por que discutir o racismo sem considerar o fator gênero? Por que a intersecção ou articulação de raça e gênero não estaria presente nas bandeiras de lutas, nas discussões e nas proposições que ambos os movimentos buscavam e buscam conquistar por meio de suas lutas e agendas?

Na verdade as mulheres negras, ao demarcarem um posicionamento de gênero no Movimento Negro, revelaram aos seus companheiros a existência da reprodução quase imperceptível, por parte deles, do machismo. Revelaram que, mesmo sendo companheiras de luta no combate ao racismo não reconheciam a reciprocidade no combate às subordinações de gênero. Elas não enxergaram nos homens o reconhecimento de que o racismo atingia de forma distinta aos homens e às mulheres negras. As mulheres negras, além do racismo, enfrentam o machismo, muitas vezes praticado pelos próprios militantes do movimento negro.

Autores como Marcos Cardoso (2002) ressaltam que as mulheres vêm obtendo muitas conquistas na sociedade e no Movimento Negro. No entanto, este autor não mencionou que a abertura no Movimento Negro para essas discussões, propostas pelas mulheres negras, não foi algo tão simples, em seu início. Há quem diga que ainda não é fácil fazer essa demarcação feminina no espaço desse Movimento.

Valendo-nos da argumentação de Rosália de O. Lemos (1997), podemos dizer que os homens negros, do Movimento Negro, ainda não estavam preparados para fazer uma reflexão tão profunda sobre as relações estabelecidas com suas companheiras. Talvez eles estejam alheios aos problemas internos por acreditarem que os motivos da luta residam em fatores exógenos.

Não obstante, a atuação das mulheres negras belorizontinas no Movimento Negro, de acordo com Marcos Cardoso (2002), foi incisiva no Movimento Negro. Elas organizaram lutas contra a opressão de raça e gênero e trouxeram novos conceitos e abordagens feministas para ações anti-racistas. No interior desse Movimento as mulheres negras fomentaram discussões importantes e específicas como exploração sexual, social e econômica e esterilização das mulheres negras como forma de extermínio da população negra. Essas discussões também foram feitas junto ao Movimento Feminista, entretanto, com o recorte de raça em relação ao de gênero.



### 1.2.1 – A demarcação da diferença no universo feminino: mulheres negras enegrecendo o feminismo

No Brasil, embora as reivindicações e as conquistas das mulheres tenham ocorrido muito antes dos anos 60 do século XX, foram nesses anos que tiveram lugar grandes mudanças nas vidas das mulheres em geral. A partir desse período emergiram várias organizações de mulheres. Por meio delas, o Movimento Feminista conseguiu tornar mais evidente as discriminações sofridas no lar, no trabalho e em suas relações sociais e afetivas dentro de uma sociedade amparada por uma ideologia patriarcal, europeia e branca.

Sandra M. Souza (2000) afirma que o auge do Movimento Feminista Brasileiro ocorreu nos anos 70. Foi a partir daí que esse Movimento passou a reivindicar a igualdade jurídica de direitos<sup>v</sup> e a explicitar que as questões do âmbito privado - como sexualidade e relações familiares - estavam relacionadas com questões de âmbito público - como igualdade salarial, carreira profissional e representação pública entre outras. Eliane Silva (1998:60) relata que, nos anos 80, “numa atmosfera de reconstrução de instâncias democráticas”, a militância feminista compreendeu que determinadas lutas deviam ser realizadas num plano maior, articulado com outros Movimentos Sociais. Só assim seria possível obter resultados mais condizentes com a luta pela construção de uma sociedade mais justa e cidadã. Nos anos 90, o Movimento Feminista sentiu a necessidade de trilhar caminhos próprios, dando maior visibilidade a suas especificidades, em âmbitos nacional e internacional.

Paralela a essa atuação do Movimento Feminista, hegemonizada por mulheres de condições econômicas mais favorecidas e centradas nos espaços dos grandes centros urbanos destacava-se, também, a atuação das mulheres dos setores e grupos populares nas periferias. A luta dessas mulheres era por melhores condições de vida, transporte e moradia, problemas esses vivenciados pela maioria das mulheres negras, entrevistadas nesta pesquisa. As mulheres dos setores menos favorecidos, principalmente as negras, ao se manifestarem na sociedade, fortaleceram o movimento de mulheres. Isso permitiu a ampliação da visibilidade das ações políticas do Movimento Feminista e sua penetração em setores até então marginalizados da vida social brasileira. As mulheres, organizadas politicamente, passaram a abalar as velhas formas do fazer político e conseguiram projetar novas perspectivas para as mulheres em geral. Uma dessas perspectivas foi o aumento da atuação organizada e política no seio da sociedade, das mulheres em geral, exigindo direitos e fazendo intervenções.

Outra perspectiva foi o fato de o Movimento Feminista ter possibilitado que as mulheres negras refletissem sobre as condições nas quais se encontravam como mulheres, por mais distintas que fossem das mulheres brancas. Neste sentido, pode-se dizer que esse Movimento contribuiu direta ou indiretamente para a formação da consciência e autoconsciência das mulheres negras.

Namíbia foi uma ativa militante do Movimento Feminista. Para ela, a participação nesse Movimento possibilitou aprimorar as discussões de gênero, conhecer novas pessoas e realidades, compreender a extensão da discriminação, ultrapassando as fronteiras do país e vivenciar situações inusitadas de forma livre, como conhecer mais um pouco sobre o corpo feminino a partir de técnicas muito recorrentes nesse Movimento.

Foi lá que tive acesso aos vários movimentos de mulheres. (...) No movimento de mulheres foi mostrado de forma rasgada tudo que era proibido na minha família. Foi onde eu vi o povo cheirando, fumando e conheci as lésbicas. A gente encontrava com mulheres militantes diferentes. (...) Então, eu conheci vários grupos, uma diversidade muito grande. A gente pôde se sentir e fazer a história de olhar no espelho a própria vagina. Antes do Movimento Feminista, eu nunca tinha viajado sozinha na minha vida. (...) Depois, participei das reuniões, conheci mulheres de tudo quanto é lugar. Eu tive acesso a mulheres do mundo inteiro, onde a gente percebeu que a questão da discriminação não era somente local. Assim, ia para discutir a questão das mulheres, porque já participava do grupo de mulheres e também fazia um trabalho com as mulheres mães, na minha escola. (Namíbia, 45 anos)

Esse relato de Namíbia nos permite afirmar que a participação em um Movimento marcado pela diversidade, vivenciando e partilhando histórias pode acrescentar, alterar, transformar e formar novos sujeitos políticos. Para Sueli Carneiro:

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares, subjacentes na luta de cada grupo em particular. (Ibidem, 2003:03)

Com o tempo as mulheres negras foram percebendo que suas realidades eram muito distintas das realidades das mulheres do Movimento Feminista. A maioria das militantes desse Movimento social era branca e com condições socioeconômicas bem acima da média das mulheres negras. Além disso, as mulheres brancas, por mais que tivessem vivido situações semelhantes de discriminação, subordinação e exploração machista e sexista, não as vivenciavam concomitantemente com as opressões de raça.

A partir dessa compreensão as mulheres negras militantes passaram a ter embates com o Movimento Feminista, questionando seus ideais e suas reivindicações, à medida que o Movimento buscava contemplar as mulheres como um todo. A tensão era causada pelo fato da luta pela libertação da mulher e pela igualdade de gênero desconsiderar a especificidade da articulação entre gênero e de raça. As mulheres negras, mesmo atuando ativamente como integrantes do Movimento Feminista, viam-se ausentes no atendimento a sua particularidade étnico-racial, nas discussões e nas tomadas de decisões. Não havia, portanto, uma solidariedade intragênero como as próprias feministas propunham em seus discursos contra as discriminações.

O Movimento Feminista estava preso a uma concepção de igualdade que o impedia de ampliar a visão feminista das diferentes realidades vivenciadas pelas mulheres. Dessa forma, negligenciava as diferenças e as desigualdades que diziam respeito à geração, às realidades locais, às religiosidades e ao pertencimento racial. Para Chantal Mouffe (1996:05), o Movimento Feminista acabou por se render a uma *identidade essencialista*. E seu equívoco residia justamente na defesa desse tipo de *essencialismo*. Ou seja, enquadrava numa única forma de agressão e exploração todas as distintas mulheres. Por esse motivo, essa mesma autora defendeu que as feministas deveriam se empenhar em propostas radicais para o aprofundamento da democracia e a conquista da igualdade, *desconstruindo as identidades essencialistas*. Essa desconstrução é tida como condição inevitável à compreensão da diversidade das relações sociais. Chantal Mouffe, assim, concebeu o sujeito pela ocupação das múltiplas posições que o coloca, ora numa relação de exercício do poder, ora submetido a esse exercício por parte de outrem. É nesse viés, portanto, que as mulheres em geral podem ser compreendidas como agentes sociais:

(...) como sendo constituído por um conjunto de posições de sujeitos, que nunca pode ser totalmente fixas, num sistema fechado de diferenças, composto por uma diversidade de discursos entre os quais não existe uma relação necessária, mas antes, um constante movimento de sobredeterminação e deslocamento. (ibidem, 2006: 105)

A falta de espaço para que as mulheres pudessem discutir a fundo as diferenças entre elas no Movimento Feminista contribuiu para que não houvesse a incorporação das especificidades das mulheres negras pelo coletivo feminista. Tamanho era o grau de inflexibilidade que Cristiano Rodrigues (2006) nos aponta que o diálogo entre mulheres negras e feministas, num dado tempo, mostrava-se:

(...) emperrado e com muitas dificuldades de consenso por conta de suas interpretações divergentes em relação ao patriarcado e ao racismo. Essas questões impediam a articulação de perspectivas que sintetizassem, naquele momento, as lutas de ambas as mulheres, sendo que o movimento feminista era qualificado pelas mulheres negras como universalista, ao pensar a mulher no singular; e invisibilizador, ao esquecer as especificidades das mulheres negras. (Ibidem, 2006:160)

Desse modo, as mulheres negras passaram a questionar as bandeiras de lutas que as feministas levantavam como sendo das mulheres em geral. A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero, conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. (Carneiro, 2003: 04)

De acordo com Eliane Silva (1998), a própria estruturação do Movimento Feminista não correspondia às expectativas das mulheres negras. Nessa estruturação estas estavam sub-representadas no topo da pirâmide das instâncias de direção do Movimento Feminista. O que fez com que as mulheres negras que participavam do Movimento Feminista se distanciassem cada vez mais dos espaços de discussão. Afinal, não encontravam bandeiras de luta feminista que contemplassem suas especificidades.

A resposta por parte do Movimento Feminista, a princípio, diante das críticas e argumentações das mulheres negras foi de acusá-las de enfraquecer a luta, devido a questões menores, pontuais e muito específicas. O Movimento Feminista reagiu e contra-argumentou da mesma forma que os homens negros quando as mulheres negras passaram a questioná-los sobre sua invisibilidade no interior do Movimento Negro. Luanda recorda que:

**Nesses movimentos, nós, mulheres negras, éramos sempre as que reivindicavam esse olhar diferenciado da condição de mulher negra. Nunca houve do Movimento Feminista essa iniciativa: vamos convidar as mulheres negras para que elas se posicionem dentro do nosso movimento enquanto mulheres negras. Falava-se das mulheres, mesmo, sempre no plano geral.** Eu acho que isso se altera em função do posicionamento das mulheres negras, sempre marcando por esse diferencial, exigindo tratamento diferenciado e status específico para essa atuação. (Luanda, 42 anos – destaques meus)

Foi a partir dessa demarcação de um olhar diferenciado sobre as diferentes realidades, como apontou Luanda, que as mulheres negras também imprimiram a demarcação da diferença no seio do Movimento Feminista, como fizeram no Movimento Negro. A princípio, as mulheres negras militantes optavam por se manter no Movimento Feminista, causando debates e polêmicas em torno das causas tidas como comuns a todas as mulheres. Esse tipo de crítica e contestação decorre, justamente, das diferentes posições dos sujeitos mencionadas por Chantal Mouffe (1996), ao questionarem a imposição da unidade entre as mulheres pela suposta igualdade de condições e de explorações. Assim, questionando as interpretações que atestavam serem todas iguais as mulheres negras realizaram análises e críticas de fundo às diferenças e desigualdades entre as mulheres negras e brancas, as quais não eram contempladas em profundidade somente pela análise da classe e gênero.

A crescente atuação de mulheres negras no interior do Movimento Feminista, acarretou mudanças significativas nas perspectivas feministas. Luanda, mesmo se sentindo pouco à vontade para falar sobre o Movimento Feminista, percebeu que este passou por mudanças consideráveis tornando-se mais receptivo às discussões raciais. Por isso, para ela, as mulheres negras participavam cada vez mais do Movimento Feminista. Semelhante opinião sobre o avanço do Movimento Feminista teve Ruanda ao afirmar que:

Tem acontecido uma soma boa. (...) Acho que o Movimento Feminista tem sido aberto para muita coisa. Ainda, às vezes, acontecem muitas dificuldades por parte das feministas brancas. Por exemplo, de elas não abraçarem algumas causas e ficarem somente voltadas para as questões de gênero. Mas a grande parte do movimento já se deu conta disso, da importância de abraçar outras causas. Muitas organizações de mulheres já são parceiras das lutas em outros recortes. (...) Já fazem a discussão da população negra com muita tranquilidade. E até sem precisar de pressão. E até sem, muitas vezes, os setores da população negra estarem presentes, nos fóruns que acontecem. Elas já dão conta de

colocar esses recortes em discussão. Mas ainda existe, sim, uma parte do movimento que tem muita dificuldade. Mas eu acho que é pouca, em nível nacional. (Ruanda, 32 anos)

Essas falas de Luanda e Ruanda coincidem com as análises de algumas estudiosas, por exemplo Edna Rolland (2000), para as quais, após as críticas das mulheres negras, o Movimento Feminista passou a reconhecer a pertinência da interseção de raça e gênero como bandeiras de luta. Nessa mesma direção Sueli Carneiro (2003:11) também confirma esse avanço como sendo um “coroamento de quase duas décadas de luta pelo reconhecimento e incorporação do racismo”, da discriminação racial e das desigualdades de raça e gênero na luta feminista.

Acreditamos, porém, que tais mudanças conquistadas pela persistência das mulheres negras feministas ainda ocorrem, mais efetivamente, no plano teórico e no discurso, tendo em vista o volume de registros e documentos produzidos em torno de tal avanço e da atuação de mulheres negras. Mas, na prática, lamentavelmente, tal avanço está aquém da consagração da solidariedade de raça e de gênero quando há poder em jogo. Quiçá as feministas possam compreender de fato os fundamentos dos discursos das mulheres negras, mas hesitam partilhar instâncias e espaços de poder de maneira coletiva e solidária. As mulheres negras, portanto, procuraram constantemente esclarecer e discutir sobre os impactos e mazelas do racismo, nos espaços de mulheres, ditos ou vistos como de feministas.

Com os embates houve, no cenário político brasileiro, a entrada definitiva das mulheres negras como sujeitos políticos ao lutarem pelo processo de autonomização e inserção política do Movimento de Mulheres Negras. As mulheres negras, além de se confrontarem com o Movimento Feminista e com o Movimento Negro, como vimos, viram-se obrigadas a construir espaços próprios para se organizarem em torno de suas reflexões ao perceber a ausência de apoio, solidariedade e, sobretudo, do reconhecimento de suas singularidades. Além disso, ao permanecerem nos Movimentos Negro e Feminista, lançaram um desafio de que não basta se isolar na especificidade, é necessária a construção de uma luta mais ampliada e mais aberta à diversidade interna e externa. Uma luta que contemple as identidades, as diferenças e trace com competência os pontos comuns da luta pelo respeito à diferença, pela igualdade de gênero e pela inserção da mulher negra, branca, indígena e demais companheiras nos espaços que ainda lhes são negados.

Os marcos das histórias de vida das mulheres negras mostram que a constituição dessas mulheres foi e tem sido relevante não só para o Movimento Negro e Movimento Feminista, mas, sobretudo, para a definição das mesmas como sujeitos plenos e coletivos. Sujeitos que buscam direitos e melhores condições de vida. Contudo, isso não foi e nem é um processo harmônico. Pelo contrário. Afinal, tensões e conflitos fazem parte das lutas sociais, da configuração dos Movimentos Sociais e das relações entre mulheres negras e brancas, mulheres negras e homens negros, mulheres negras e homens brancos, mulheres negras e mulheres negras. Esses conflitos podem vir a construir algo novo na demarcação de suas diferenças e a fomentar processos de formação de novos e diferentes sujeitos. Mas, quando não são bem administrados podem gerar divisões, separações, discriminações e jogos de poder que cada vez mais geram fragmentações e impedem o crescimento de todas e todos como sujeitos ativos e éticos.

Através da análise de alguns eventos dos quais as mulheres negras entrevistadas participaram e que envolviam o Movimento Negro, o Movimento Feminista e o Movimento de Mulheres Negras percebeu-se que a demarcação da diferença, promovida pelas mulheres negras, ainda não conseguiu estruturar-se de fato. Restam ainda elementos da relação de poder que impedem avanços mais promissores para que realmente esses Movimentos promovam mudanças internas mais substanciais em suas teorias e práticas. Em outras palavras, o desafio que se impõe aos Movimentos Negro e Feminista e, também, ao Movimento de Mulheres Negras está em ampliar a consciência coletiva sobre suas *incompletudes* por meio de diálogos entre as diferenças e os diferentes. Faltam ainda, a esses Movimentos, valendo-me das palavras de Boaventura Santos (2006), a identificação local de seus problemas, a inteligibilidade translocal de suas incompletudes e, por último, o exercício do poder solidário. Tanto no Movimento Negro quanto no Movimento Feminista as mulheres negras ainda se encontram em desvantagem nas esferas de poder. As relações de gênero, no interior das organizações do Movimento Negro, revelam-se muito complexas e evidenciam as dificuldades vivenciadas pelas mulheres negras nesse Movimento.

## Referências Bibliográficas:

1. ARROYO, Miguel G. (s/d) *Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender com os movimentos sociais?* (mimeogr.)
2. \_\_\_\_\_. (2004) *Violência nas escolas: uma disputa entre imaginário de infância e de docência?* In.: *Congresso Ibero-americano sobre Violências nas Escolas promovido pela UNESCO*. Brasília, pp 1-9.
3. CHARLOT, Bernard. (2000) *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, pp. 93.
4. CARDOSO, Marcos. (2002) *O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. Belo Horizonte: Mazza Edições, pp. 240.
5. CARNEIRO, Sueli. (2003) *Mulheres em movimento*. Estudos Avançados, 17(49), pp.117-132.
6. GOHN, Maria da Glória Marcondes. (2003) *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, pp. 143.
7. LEMOS, Rosália de Oliveira. (1997) *Feminismo Negro em construção: a organização do Movimento de Mulheres Negras do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Faculdade de Psicologia de Comunidade e Ecologia Social, pp. 185.
8. MELUCCI, Alberto. (2004) *O Jogo do eu: a mudança de em sim em uma sociedade global*. São Leopoldo: Editora Unisinos, pp. 184.
9. \_\_\_\_\_. (2001) *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Tradução de Maria do Carmo A. do Bonfim – Petrópolis/RJ: Vozes, pp. 199.
10. MOUFFE, Chantal. (1996) *Feminismo, cidadania e política democrática radical*. In.: *O regresso do Político*. ROSA, Joaquim C. – Revisão Científica. Lisboa: Gradiva, pp. 101/121.
11. PRADO, Marco. Aurélio M. (2002) *Da Mobilidade Social à Constituição da Identidade Política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas*. Belo Horizonte: Psicologia em Revista, v. II, n. 11, pp. 21.
12. SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. (2006) *Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para Além de Um e Outro*. Coimbra/Portugal: Centro de Estudos Sociais da Faculdade da Universidade de Coimbra.

13. SHERER-WARREN, Ilse. (1998) *Movimentos em cena... e as teorias por onde andam?* In.: Revista Brasileira de Educação. São Paulo, Anpend, set/out./nov./dez.
14. SILVA, Eliane Borges. (1998) *Para além do próprio umbigo: as mulheres negras militantes de Salvador e a construção do imaginário feminino*. Dissertação de Mestrado. Salvador/Bahia: Faculdade Comunicação, pp. 149.
15. RODRIGUES, Cristiano Santos. (2006) *As Fronteiras entre raça e gênero na cena pública Brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, pp. 234.
16. \_\_\_\_\_. (2005) *Identidades Coletivas em Conflito: Estudos dos Processos Psicopolíticos do Movimento de Mulheres Negras*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG – Projeto de Dissertação em Psicologia, pp.142.
17. ROLAND, Edna. (2000) O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In.: *Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*, GUIMARÃES, S. A. e HUNTLEY,L. (Org.), São Paulo: Paz e Terra, pp. 237– 256.

<sup>i</sup> “Mulheres Negras em movimento(s): trajetórias de vida, atuação política e construção de novas pedagogias em Belo Horizonte – MG”. Esta pesquisa foi desenvolvida sob a orientação da professora Doutora Nilma Lino Gomes e co-orientação da professora Doutora Antônia Vitória Aranha.

<sup>ii</sup> A História nos mostra que o princípio da Igualdade embalou as revoluções inglesas e francesas e a independência dos Estados Unidos, realizadas no século XVIII.

<sup>iii</sup> (...) “os movimentos sociais contemporâneos podem ser definidos como redes sociais complexas que conectam, simbolicamente e solidaristicamente, sujeitos e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico de identificações éticas e culturais, intercâmbios, negociações, definição de campos de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de exclusão sistêmica na globalização. Todavia, a heterogeneidade dos processos emancipatórios vem implicando num sentimento coletivo sobre as dificuldades, os desafios e as possibilidades de realizar politicamente e emocionalmente a condição de sujeitos.” (Schere-Warren, 1998:23)

<sup>iv</sup> É o que passou a prescrever os incisos I e XLII, do artigo 5º da Constituição de 1988, respectivamente.

<sup>v</sup> Estas reivindicações foram fortemente influenciadas pelos protestos das feministas nos EUA e na Europa, ocorridos pelo forte movimento de democratização existente em nosso país e de alguns países da América Latina.